



HISTÓRIAS DE ADESÕES, ACOMODAÇÕES E RESISTÊNCIAS EM TEMPOS DE DITADURA: MEMÓRIAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ (1964-1985)

  Maria José Aviz do Rosário¹

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Maria José Aviz do Rosário

E-mail: mrosario@ufpa.br

Instituição: Universidade Federal do Pará, Brasil

Submetido: 01/05/2019

Aprovado: 03/03/2020

Publicado: 08/10/2020

 10.20396/rho.v20i0.8655324

e-Location: e020036

ISSN: 1676-2584

RESUMO

Este artigo pretende, por meio da metodologia da História Oral, analisar a formação de professoras no IEP de 1964 a 1985, a partir do questionamento: Como as/os professoras/es e alunas/os egressas/os do IEP compreenderam e viveram a formação de professores em um tempo de ditadura? Com o intuito de compreender a construção de adesões, acomodações e resistências ao projeto do Estado ditatorial brasileiro. Os resultados dão conta de que no IEP, no período de (1964-1982) apresenta um processo formativo quase que descolado das injunções do Estado ditatorial brasileiro, as marcas de adesões e acomodações se expressavam por meio de vigilância, comportamentos, presença dos representantes do regime no espaço escolar e por disciplinas meramente instrumentais; a história da resistência às práticas da ditadura só aparece no período (1983-1985), na redemocratização, com um movimento de resistência bastante significativo, organização e movimentação estudantil, formação do Grêmio Estudantil e a postura de professoras/es de combate às práticas ditatoriais em que não faltaram embates político-ideológico entre o campo ligado às esquerdas e as/os ditos “representantes” do Estado. Conclui-se, formação de professoras/es no IEP foi permeada por estes processos, associada à proposta de educação promovida pelo Estado ditatorial brasileiro. Nos primeiros anos, sem questionamentos, onde se observa as adesões e acomodações usadas como ferramenta dos processos de formação e, nos últimos, a resistência, sendo levada de fora para dentro da instituição, promovendo outra concepção de formação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Ditadura militar. Formação de professoras.

Checagem
Anti-plágio



Distribuído
Sobre





HISTORIAS DE ADHESIÓN, ACOMODACIÓN Y RESISTENCIAS EN TIEMPOS DE DICTADURAS: MEMORIAS DE FORMACIÓN DE MAESTROS DEL INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ (1964-1985)

Abstract

This article intends, through the methodology of oral history, to analyze the formation of teachers in the IEP from 1964 to 1985, from the questioning: how the teachers and the students of the IEP understood and lived the formation of teachers in a time of dictatorship? with the purpose of understanding the construction of adhesions, accommodations and resistance to the project of the Brazilian dictatorial state. The results show that the IEP in the period (1964-1982) presents a formative process almost detached from the injunctions of the Brazilian dictatorial state, the marks of accessions and accommodations were expressed through surveillance, behaviors, presence of representatives of the regime in the school space and by purely instrumental disciplines; the history of resistance to the practices of dictatorship only appears in the period (1983-1985), in the redemocratization, with a movement of quite significant resistance, student organization and movement, formation of the student body and the posture of teachers to combat dictatorial practices in which there was no lack of political-ideological conflicts between the field connected to the lefts and the so-called "representatives" of the state. In conclusion, the training of teachers in the IEP was permeated by these processes, associated with the education proposal promoted by the Brazilian dictatorial state. In the first years, without questioning, where the accessions and accommodations used as tools of the information processes are observed, and in the last, the resistance, being taken from outside to the institution, promoting another conception of formation.

Keywords: Education. Military dictatorship. Teacher training.

STORIES OF MEMBERSHIP, ACCOMMODATION AND RESISTANCE IN DICTATORY TIMES: MEMORIES OF TRAINING TEACHERS FROM THE PARÁ EDUCATION INSTITUTE (1964-1985)

Resumen

Este artículo pretende, a través de la metodología de historia oral, analizar la capacitación de los maestros en el IEP de 1964 a 1985, basado en la pregunta: ¿Cómo entendieron y viven los maestros del IEP en una época de dictadura? Con el fin de entender la construcción de adhesiones, adaptaciones y resistencias al proyecto del Estado dictatorial brasileño. Los resultados muestran que en el IEP, en el período de (1964-1982) presenta un proceso formativo casi desvinculado de los mandamientos del Estado dictatorial brasileño, las marcas de adhesiones y adaptaciones se expresaron a través de la vigilancia, los comportamientos, la presencia de representantes del régimen en el espacio escolar y las disciplinas meramente instrumentales; la historia de la resistencia a las prácticas de la dictadura sólo aparece en el período (1983-1985), en la redemocratización, con un movimiento de resistencia muy significativo, organización y movimiento estudiantil, formación del Gremio de Estudiantes y la actitud de los maestros para combatir las prácticas dictatoriales en las que no faltaban enfrentamientos político-ideológicos entre el campo de izquierdas y los llamados "representantes" del Estado. Se concluye que la formación de maestros/es en el IEP fue permeada por estos procesos, asociados con la propuesta de educación promovida por el Estado dictatorial brasileño. En los primeros años, sin cuestionamientos, donde se utilizan las adherencias y adaptaciones utilizadas como herramienta de los procesos de formación y, en los últimos años, resistencia, siendo llevadas desde fuera a la institución, promoviendo otra concepción de la formación.

Palabras clave: Educación. Dictadura militar. Formación del maestros.



INTRODUÇÃO

Em tempos em que a discussão sobre a ditadura civil militar parece querer minimizar as consequências à história político/social/educacional brasileira desse período (1964 -1985), é necessário a reflexão para que a história do referido período, não seja vã. “Controlando com mão de ferro, pelo exercício do poder político, o conjunto da sociedade brasileira ao longo de duas décadas, o regime militar deixou um oneroso legado cujos efeitos continuam afetando a situação social do país nos dias de hoje.” (SAVIANI, 2008, p. 294).

No exercício do poder, a ditadura civil militar fez uso da força física e ideológica, controlando a sociedade por meio de instrumentos legais, Atos Institucionais.

No âmbito educacional, a perspectiva seguiu a linha mais geral sustentada na ideia do desenvolvimento e segurança nacional, base do projeto do Estado ditatorial brasileiro. Neste sentido, a análise do cenário no qual foi montada e desenvolvida a política educacional no regime militar “[...] permite pensar que a educação formal foi um instrumento importante de veiculação, divulgação e consolidação do ideário autocrático e autoritário que permeou todo período deixando a sua marca na história do pensamento educacional e instituições escolares.” (ROSÁRIO, 2015, p. 5).

Na formação de professoras/es para a escola básica, estudos mostram nova estrutura curricular, em consonância ao projeto oficial, com a instituição da Habilitação Específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM).

Em Belém, Pará, de modo particular, a história de formação de professoras/es teve como principal instituição formadora o Instituto Estadual de Educação (IEP). Sua instalação, durante o Império, em 1871, por meio da Lei n. 669, de 13 de abril, já denota a sua finalidade, constante do artigo 3º da lei que o cria: “É igualmente autorizado o presidente da província a criar uma escola normal em que se possam habilitar para o magistério da instrução primária da província, as pessoas que a ele se dedicarem.” (MELO; ALMEIDA; ROSÁRIO, 2012, p. 174).

A história² mostra o IEP, em todos os períodos, do fim do Império à República, passando por todas suas fases, como um instrumento de propostas educacionais do Estado paraense, na tradição de formação de gerações de normalistas.

De 1964 a 1985, recorte temporal deste artigo, a instituição viveu as alterações impostas pelos governos militares após o Golpe de 1964, promovendo adequação em sua estrutura curricular, em atendimento à legislação do ensino brasileiro, já que a Lei n. 5.692/71 transformara o Ensino Médio em Ensino Técnico Profissionalizante, levando o curso Normal à nova nomenclatura: Habilitação em Magistério – Formação Específica para as séries iniciais do 1º grau.

Apesar de toda essa trajetória, o IEP ainda se encontra por ser investigado, são poucos os estudos³, assim como são pontuais os trabalhos sobre formação de professoras/es no período.



Este artigo pretende, por meio da metodologia da História Oral, analisar a formação de professoras no IEP de 1964 a 1985, a partir do seguinte questionamento: Como as/os professoras/es e alunas/os egressas/os do IEP compreenderam e viveram a formação de professores em um tempo de ditadura? Com o intuito de compreender a construção de adesões, acomodações e resistências ao projeto do Estado ditatorial brasileiro.

A METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ (1964 A 1985)

A escolha pela metodologia da História Oral é pelo fato de se considerar o IEP como um espaço escolar público importante, associado a uma proposta de desenvolvimento econômico do país que apostava na educação como ferramenta de desenvolvimento do povo a partir dos processos de escolarização.

Entretanto, essa importância não tem se traduzido em investigações científicas que possam revelar a história da formação de professores no estado do Pará, pois as formadas/os ou os que foram formadoras/es de professora/es, no IEP, pouco tem sido ouvidos, havendo um silenciamento sobre parte da história vivenciada no decorrer daqueles tempos.

Ademais, dos trabalhos encontrados apenas dois se valeram da técnica de entrevista com professoras/es e alunas/os para fundamentar suas argumentações. Por outro lado, a História Oral não pode deixar esquecer sua inspiração inicial: o respeito as três fidelidades, “[...] ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; **trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir**; testemunhar as situações de extremo abandono.” (SARAT; SANTOS, 2010, p. 50, grifo nosso). Assim, pesquisou-se essas histórias que são memórias da Educação paraense e que serão transformados em documentos, gerados a partir da fala de cada uma/uma das/os entrevistadas/os.

A memória e as questões que a envolvem são importante objeto de estudo da História. Na metodologia da História Oral, ela é fundamental, pois valer-se da memória para recuperar a história nas entrevistas, e produzir documentos que possam dar credibilidade à pesquisa é um dos seus campos mais desafiadores. (SARAT; SANTOS, 2010, p. 52).

É com essa percepção que se procura, nos relatos de cinco alunas e um aluno que estudaram no IEP no período de 1964 a 1985, vestígios de um tempo em que a formação de professoras/es era ajustada aos propósitos do Estado ditatorial brasileiro, sofrendo uma das mais caras modificações históricas, passando a ser uma entre tantas outras, Habilitação em Magistério. Ainda que se tenha concordância com Hobsbawm (1995), no início do prefácio d’A Era dos Extremos:



Meu tempo de vida coincide com a maior parte da época de que trata este livro e durante a maior parte de meu tempo de vida [...], tenho tido consciência dos assuntos públicos, ou seja, acumulei opiniões e preconceitos sobre a época, mais como contemporâneo que como estudioso. (HOBSEBAWM, 1995, p. 3).

Neste artigo, as histórias acionadas pelas memórias individuais que foram construídas coletivamente são eivadas de considerações pessoal/político/ideológico de um tempo (1964-1985), construídas por aquelas/es que as viveram, aqui denominadas de professoras/es, sobre a formação oferecida pelo IEP, apresentando compreensão distinta nos períodos compreendidos entre 1964 e 1982 e 1983 a 1985.

No início do processo investigativo, a ideia era a de que no IEP, a resistência havia sido um elemento importante que permeou o processo formativo na instituição no período de 1964 -1985, pois a leitura de alguns relatórios de pesquisa e depoimentos de militantes que viveram a ditadura, sinalizaram que tanto o IEP, como o Colégio Estadual Paes de Carvalho (CEPC), eram foco de resistência ao regime, apesar do CEPC ter tradição forte e histórica de participação estudantil, conforme afirmou Humberto Cunha e entrevista (2015), em depoimento: “A resistência se deu dentro do limite civil e democrático, já que a ajuda esperada do exterior não chegou.”

Todavia, a história da resistência às práticas condizentes à ditadura só aparece na memória daquelas/es que foram formadas/os, a partir do ano de 1983, período já marcado pelo processo de democratização do país.

As histórias de 1964 a 1982 não partem de resistência à ditadura militar e sim de uma aparente adesão e acomodação ao estabelecido, portanto, são histórias que, pela memória das entrevistadas/os, não indicam explicitamente ter havido no seu processo formativo, fatos ou atos que indiquem oposição ou defesa do regime naquele espaço educacional. Diferentemente do segundo período em que as histórias, são sim de resistência ao regime, ainda que perdurassem as acomodações e adesões.

HISTÓRIAS DE ADESÕES, ACOMODAÇÕES E RESISTÊNCIAS EM TEMPOS DE DITADURA: MEMÓRIAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ (1964-1985)

O governo dos militares, sob a justificativa de modernizar o país por meio da aceleração capitalista pautada na racionalidade técnica, promoveu reformas significativas nas instituições brasileiras.

No âmbito educacional, o projeto fora viabilizado pelas Leis n. 5.540/68 (Reforma Universitária) e n. 5.692/71 (que transformou, compulsoriamente, o ensino de 1º e 2º Graus em



Ensino Técnico Profissionalizante), deixando um legado histórico/pedagógico difícil de ser esquecido. (ROSÁRIO, 2015).

O IEP atuava na formação de professoras e de professores para escola de primeiro grau, era reputado no seio paraense como uma das instituições educacionais mais importantes e como não poderia deixar de ser esteve envolvido, no período, com a história de formação advinda do Estado brasileiro, sob o jugo ditatorial, promovendo adesões ao sistema, de forma a atender ao novo contexto, e, como toda história, com adesões, acomodações e resistências.

As histórias extraídas das memórias daquelas/es que viveram o processo formativo de (1964-1985) dão conta de que o colégio viveu em meio as contradições, pois ao mesmo tempo em que se ocupava de promover um ensino condizente ao preparo da formação ao Magistério, procurava demonstrar que não se envolvia e nem era partidário da ditadura.

Porém, os relatos levam a pistas de dois momentos distintos dessa história que ficaram marcados na memória de professoras/es alunas/os: 1964-1982 e 1983-1985, este último já no processo de redemocratização.

A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO CONSTRUÍDA PELA MEMÓRIA (1964-1982)

A história da formação construída pela memória no período de 1964 -1982 dá conta de uma história na qual o IEP não está envolvido diretamente com as questões sociais mais gerais e que, aparentemente, não estava sujeito às regras e a perspectiva do Estado ditatorial.

Nas entrevistas, quando o assunto remetia à formação de professora/es no contexto da ditadura, no espaço do IEP, os entrevistados não demonstraram de modo direto que essa questão era objeto de discussão teórico-prática: “Não que eu me lembre não! Eu, pelo menos, não me lembro [...]” (Entrevista 1)/ “Não me lembro assim muito, mas lembro que ela era muito rigorosa, no sentido assim, eu lembro das músicas, muitas [...]. Certas músicas, que a gente gostava, né? Então eles falavam que a gente não podia [...]” (Entrevista 2)/ “No meu período não! É que a gente gostava, de jogar bola, handebol, basquetebol, voleibol, de canto, canto orfeônico. Aquelas disputas de canto orfeônico, participar do desfile do dia 5 de setembro [...]” (Entrevista 3)/ “Não. Não tinha. [...]. Também não. Não me lembro de um tratamento mais político disso, não.” (Entrevista 5).

As memórias da ditadura são remetidas a outros espaços por meio de outras/es professoras/es, como no relato abaixo:

Quando eu vim morar aqui (em Belém) para estudar supletivo, estudei no colégio José Bonifácio, na época, morava em São Brás. Vinha andando, tinha um professor que era mesmo muito instigante nisso, ele convidava a gente e era aí que ele falava, foi nessa época. Depois pela televisão, da época que já mudaram a ditadura, do Tancredo. Só de ouvir falar, mas de escola, escola, não. (Entrevista 1).



Ou então de histórias que movimentavam o imaginário da população, que mesmo sem ter as devidas informações sobre as práticas ditatoriais, imaginava que algo grave estava acontecendo.

[...] quando tinha dez anos, eu quase morro assim do coração, porque quando fui numa mercearia que até hoje tem, mas já não é do Mailey [...]. O senhor falou que eu tinha que correr pra casa porque já vinha os pessoal [sic], pegando tudo. Criança, gente grande que é pra tudo recolher e, a gente não via ninguém na rua, né? [...] Olha, cheguei lá em casa, a minha avó que ainda tava viva e falei pra ela [...]. Depois que eu vim a saber como eram as coisas. As pessoas falavam muito isso nos anos 60. (Entrevista 2).

Aparentemente, existia uma distância entre o IEP e a movimentação social, mesmo em 1968, quando a juventude universitária comandada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) se insurgiu contra a Reforma Universitária e passou a ocupar os espaços das faculdades tentando resistir aos encaminhamentos da classe dominante ao processo de desenvolvimento que se expressava por meio de reformas. Sanfelice (2015), ao analisar o movimento estudantil e o papel da UNE enquanto instituição resistente ao golpe, ensina que

[...] UNE buscou definir-se como um setor de resistência às articulações e encaminhamentos políticos que a classe dominante – sobretudo a burguesia industrial – procurava viabilizar para si e, conseqüentemente, por imposição, para as demais classes sociais. Como a partir de 1964, o Estado esteve, na sua forma visível, nas mãos dos militares, tem-se a impressão de que o movimento estudantil viveu um confronto que se pode explicar no próprio atrito permanente mantido com os vários governos. (SANFELICE, 2015, p. 22).

Esse problema aparentemente não teve repercussão no IEP, em relação ao enfrentamento, nas memórias, se apresenta como algo relacionado à proximidade com a Faculdade de Direito⁴ e não como ato de resistência ao regime conduzido pelas Faculdades⁵:

O negócio era o seguinte, na época da ditadura, o que acontecia com o IEP, porque a gente era vizinho da Faculdade de Direito e quando a UNE tomou a Faculdade de Direito, a gente ia lá e o pessoal da Faculdade de Direito ia lá no IEP. Só que no IEP, o Estado, [...] impedia, impedia um pouco. Aí a gente ficava naquela grade. (Entrevista 1).

Nas memórias, a falta de liberdade democrática no IEP, à primeira vista, dá a dimensão do significado de uma ditadura ao processo social, em particular, aos processos educativos sejam eles formais ou informais: “Na verdade, a entrada não era proibida, mas era para não falar mal da ditadura. Tinha aquelas portarias (não sei se ainda tem lá).” (Entrevista 1).

Nesse período, o Movimento Estudantil resistia e se movimentava em Belém em busca do restabelecimento democrático. Em 1968 e 1977, por causa das mortes dos estudantes paraenses, respectivamente, Edson Luiz e César Moraes Leite, as manifestações ganharam novo impulso, principalmente, dos universitários.



As mortes reacenderam ou potencializaram a luta contra o regime e no caso do episódio inesperado da morte de César, estudante da UFPA, reacendeu o ímpeto do movimento estudantil na Universidade para lutar contra a ditadura, que mantinha seus mecanismos de controle e repressão de forma mais ou menos ostensiva também dentro das universidades.

Neste sentido, as organizações estudantis assumiram a tarefa de articular, resistir e denunciar a ditadura tendo como mote a morte dos jovens, no caso da UFPA, de César.

O Diretório Central dos Estudantes e a Vice-Presidência Regional Norte da União Nacional dos Estudantes passaram a acompanhar a tragédia, inclusive acompanhado a autópsia no Instituto Médico Legal. O corpo foi velado na Capela do colégio Nazaré, onde César estudou do primário ao ginásio. O cortejo saiu da capela sob forte chuva, quando passou pela Igreja dos Capuchinhos, uma grande massa estudantil, calculada em duas mil pessoas, acompanhou-o até o cemitério de Santa Izabel. (ROSÁRIO; CUNHA, 2019, p. 166-167).

A comoção pela morte de Edson Luís, em 1968, deveu-se mais por sua naturalidade paraense, ou seja, “[...] a ditadura matou um jovem que solicitava comida decente. Foi um mote importante e que aglutinou a população de Belém, sobretudo a juventude a brigar e gritar, abaixo a ditadura.” (CUNHA, 2015, p. 01). As memórias daquelas/es que viveram esse período no IEP, não são remetidas para essa movimentação nem quando acionadas pelos fatos, a exemplo das mortes de paraenses.

Não me lembro. De nenhum movimento. [...]. A única vez que fui pra outra escola foi quando entrei no primeiro ano do magistério, fiz também, primeiro colegial, científico, CB pra me preparar pra fazer vestibular, foi no CEPC. Lá que aconteceram mais fatos relacionados à ditadura. Não no IEP. No IEP, não se falava disso; na minha época. (Entrevista 4).

No IEP se praticava o “bovarismo”, ou seja, “[...] atitude do imaginário, que implicava conceber-se sempre como outro, diferente do que se é.” (SCHWARCZ, 2017, p. 155). Entretanto, uma análise mais atenta, identifica vestígios na escola da (re)articulação e do desenvolvimento da política educacional que se fortaleceu como um instrumento importante de veiculação, divulgação do ideário autocrático e autoritário que permeou todo período e que, portanto, mobilizou-se e refez-se em consonância ao projeto de educação nacional, uma vez que no exercício do poder, os representantes da ditadura usaram o controle, além do uso da força física e ideológica.

A esse respeito, a memória do discurso de agradecimento ao Ministro de Educação, Jarbas Passarinho, proferido por uma aluna, é singular.

Só pra tu teres uma ideia, quando eu estava estudando, no IEP eu era uma aluna que se destacava pelo desempenho tirava boas notas e quando teve a inauguração daquele bloco novo, Jarbas Passarinho foi lá, quem fez o discurso de agradecimento ao Jarbas Passarinho, fui eu. Eu me lembro que cheguei em casa tão orgulhosa, eu contei pra minha mãe tão orgulhosa, que eu tirei foto! (Entrevista 3).



Nessa mesma linha, as memórias, ainda que não explicitem a ditadura em meio ao processo formativo do IEP, guardam a lembrança das “ilustres” visitas ao colégio: “Só sei que o Alacid Nunes foi lá, deu uma bela palestra pra nós. Sentou lá no meio nosso. Dizia que ali ele via um futuro em nós.” (Entrevista 3).

A SEDUC, também se fazia presente nas dependências do IEP, agindo como representante do Governo do Estado e grande interlocutora da Educação, “[...] O Dionísio, ele também foi e falava algumas coisas assim, não sei me explicar, me lembrar bem, mas ele orientava a gente [...]. E eles diziam assim: diziam pra gente, que tinha gente que tinha ido preso.” (Entrevista 3). “[...] Palestra com o Secretário de Educação [...] Doutor Dionísio Hage. Ele fez uma palestra grande para as professoras que estariam indo pras escolas e fez uma fala um pouco de saudação, parabenizando, né? [...]” (Entrevista 6).

Se compreensão não leva diretamente ao tema da ditadura, se relaciona ao conceito de revolução que era tratado nas dependências da instituição e atravessando o processo formativo daquela comunidade, à época, denominada de Piramutaba.

Não tratavam! Revolução era o que se falava. Festejavam o dia 31 de março pelo dia da revolução, mas não se falava, não se discutia. [...]. Era feriado! Jarbas Passarinho, ia lá fazer alguma palestra [...] ia lá fazer alguma palestra e nós lá, batíamos palmas pra eles, toda Piramutaba. Era no salão nobre ou na quadra. (Entrevista 4).

Por outro lado, a escola figura nas memórias como alinhada ao governo, por ser formadora de parte da elite dominante do Estado: “O IEP, era uma escola junto com o CEPC, tinha uma coisa assim, eram escolas governistas. Por quê? Porque o CEPC, Escola dos Governadores, e o IEP, era uma escola de primeiras-damas.” (Entrevista 4).

A localização da instituição permitia o exercício do controle, levada a efeito pelos dirigentes da instituição. Na memória, aparece como marca de acomodação e adesão ao regime no espaço escolar: “O IEP ficava em frente à SEDUC e atrás ficava o CEE e o presidente do Conselho durante muitos anos, foi o [...], geralmente o presidente do Conselho era professor do IEP, então o IEP estava muito perto do poder. Era um triângulo. Era muito controlado.” (Entrevista 4).

As marcas das acomodações e adesões também se revelam em acontecimentos específicos mostrando como a vigilância dentro e nas imediações do colégio era exercida. Neste sentido, o relato abaixo é expressivo:

O maior movimento que eu vivi no IEP. Como não tinha nada [...]. Nós entrávamos 7:30 da manhã, então 7:00, 7:15 tava todo mundo lá e a maioria ficava na praça. Aquela praça. Prédio da Secretária de Educação. Dionísio Hage era diretor da escola e secretário de educação e ficava lá só olhando. Um dia, um rapaz ia todos os dias deixar a namorada lá. Eles começaram a brigar na praça [...]. A mulherada se reuniu e começou a gritar, “bate, bate nele”. [...] foi um caos aquilo ali. Ele viu, mandou tocar o sinal. Dona Iracema, histórica inspetora (braba, braba) mandou todo mundo entrar, foi pra rua mandar todo mundo entrar. Depois, ele veio dar uma bronca sala por sala.



Foi o único movimento diferente que eu vivi em todo os meus anos de estudo. (Entrevista 4).

Alheia a esse processo, o que pairava era a crença na instituição enquanto responsável pela boa formação de professoras para o ensino primário. Desse modo, a chegada à instituição seguia caminhos diferentes, mas sempre com a certeza de que era a escolha certa. Ainda que em alguns casos não tivesse sido uma escolha pessoal:

– Não! Não foi uma escolha pessoal, foi uma pessoa que eu trabalhava com ela, e eu queria fazer o 2º grau. À época se chamava 2º grau, não era Ensino Médio, e como ela era professora, tinha estudado lá, ela mesmo foi, me matriculou para fazer uma prova, uma espécie de Vestibulinho. Eu fiz e passei e comecei a estudar. (Entrevista 1).

Ou pela influência da família:

Eu particularmente fui pro IEP porque minha mãe pediu pra eu ir. Eu não queria eu não tinha...Na verdade, eu só queria ser doutora- médica, era eu queria era isso, mas minha mãe disse: - minha filha, vai pro IEP, vai Escola Normal, na época, era Escola Normal, não se chamava IEP, é tão bonito aquelas moças de saia azul e blusa branca, vai ser professora porque tu vais ser respeitada, professor é respeitado. [...] e aí foi tudo muito natural, entrei no IEP. (Entrevista 4).

A entrada na instituição era motivada, em alguns casos, por causa da experiência em educação que a/o pretendente à vaga acumulava.

Foi. Foi pessoal, mas foi estimulada em certa medida, porque eu já trabalhava. Eu era uma aluna bolsista da rede municipal de Belém, e ganhei uma bolsa de apoio ao estudante. Era um projeto que a SEMEC tinha na época que era como se fosse um hoje um primeiro emprego, alguma coisa parecida. Tinha um nomezinho, o nome da bolsa, em que os alunos que tavam na antiga oitava série, eram selecionados e eles ganhavam uma bolsa de auxílio financeiro ao estudante. Aí a gente trabalhava em órgãos da prefeitura. Eu fui selecionada no ano de 1980, pra atuar na Secretaria Municipal de Educação. [...] no ano de 80 atuando todinho dentro já do Departamento de Educação da Semec, na época, tinha esse nome, Departamento de Educação dentro da Semec, aquilo foi me envolvendo, né? A gente foi vendo as coisas da educação e conversando com aquele monte de professora. E elas diziam assim: “Ah, você é muito atenciosa, você tem cara de professora, vai fazer [...] “bom, então eu vou fazer a seleção pro IEP.” Naquela época, ainda tinha a seleção no IEP, né? Porque eram muitos candidatos, poucas vagas, [...] E eu fiz o exame do processo seletivo do IEP, passei e fiz a opção por estudar no IEP. (Entrevista 6).

Por outro lado, quando a escolha era pessoal, nela era depositada o sonho de estudar, de formação e de ser uma boa professora.

Então, pra mim, entrar no IEP, eu achava muito bonito o uniforme, né? E eu estudei, como estudei até a quinta e tinha que fazer a prova, né? Aí nós éramos muito pobres. Quando eu falei pra mamãe que eu queria ir pro IEP, [...], então quem fosse pro Edgard Catete, não fazia prova, e quem fosse pro IEP fazia. Aí, a mamãe falou pra mim: Olha minha filha, eu não tenho dinheiro pro teu ônibus (Eu morava na 9 de Janeiro), e lá dizem que só entra gente rico, e eu não também, minha filha, não tenho pistolão (naquele tempo chamava-se pistolão). Eu disse, não mamãe, mas se a gente estudar, a



gente passa. Ela disse: - Se tu quiseres, vai correr atrás. [...]. Eu lhe juro, eu decorei, não aprendi, porque eu decorei aquele livro de admissão. [...] E a mamãe dizia: “corre atrás do teu sonho”, aí eu fiz o vestibulinho, passei, aí foi a maior felicidade! (Entrevista 1).

As práticas de acomodações e adesões à ditadura são visíveis quando se trata do desfile escolar. Nele, a escola revelava e depositava todo seu ufanismo em uma nação próspera e que a educação escolar deveria ser a principal representante.

Patriotismo. Marchar com amor. Como é que a professora dizia? **Marchar com amor, lembrar que você é brasileiro e lembrar da frase do Duque de Caxias.** Ela falava muito quando a gente tava no ensaio. Lembrar que você é brasileiro. “Lembrem você é brasileiro, você tem raça, ele dizia”. [...] E dizia pra gente lembrar sempre da frase do Duque de Caxias, [...]: “Quem for brasileiro que me siga, marche por amor”. O Ferreira mesmo dizia: “eu vou com dez alunos, **mas que vai representar o IEP, que mostre que é brasileiro, que ame, aqui a escola, que ame o Brasil.** É isso que é sermão, não é? De quem é brasileiro, essas coisa toda? Eu participei quase de todos, foi bem pouco que eu não fui. (Entrevista 3, grifo nosso).

Neste sentido, os temas e questões mais focadas na indumentária levava a crer em um IEP atinente às regras institucionais vigentes.

Era sempre o Brasil, de ufanismo do Brasil. Teve ano em que eu sai fantasiada de um daqueles soldados portugueses. O tema era independência de Portugal, mas o chapéu era de Napoleão, com um casaco que é curto na frente e longo atrás. Então era sempre assim de ufanismo à nação, a parte bem, bem ligada à defesa do Brasil, mas eu não associava, não ligava isso à ditadura. (Entrevista 3).

Esse período, 1964-1982, fora atravessado pela reforma de ensino com a Lei n. 5.692/71, logo, infere-se que a instituição participou do processo de readequação da estrutura educacional brasileira e a forte marca da acomodação e não da discussão da real situação do país, por conseguinte das escolas brasileiras. Essa assertiva pode ser derivada da transição entre os estudos promovidos sob a égide da Lei n. 4.024/61 e da Lei n. 5.692/71.

No IEP, as memórias indicam que foi permitido às turmas que já tivessem cumprido 70% de seu currículo, em 1972, quando começou a vigorar a nova lei, concluir seus estudos sem prejuízo da formação e certificação, era o chamado Estudo Velho: “[...] não chegou a ser feito com nossa turma, porque a gente já tinha feito mais de 70%, estávamos no segundo ano do Pedagógico.” (Entrevista 3).

Nesse contexto, a tradicional Escola Normal perdia o status de “escola” e, mesmo de “curso”, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do Segundo Grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Desapareciam os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o Curso Normal e passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia. (TANURI, 2000).



Essa perspectiva fora embalada na rede do “milagre econômico”, pelo qual o regime militar cuidou de estabelecer vinculação entre a Educação e o modelo autoritário de modernização das relações capitalistas de produção.

Creio que 1971 será um ano de marcante expansão industrial, incentivada pelo programa siderúrgico que dentro de poucos dias apresentarei à Nação (...). Sinto que a grande revolução educacional virá agora, na passagem da velha orientação propedêutica da escola secundária a uma realística preparação para a vida, que atenda à carência de técnicos de nível médio, problema dos mais críticos na arrancada do nosso desenvolvimento. (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2008, p. 5).

À primeira vista, parecia uma preocupação desprezível quando a lei tratou da formação de professores, no entanto, essa era uma das grandes empreitadas do regime: “O Ministro da Educação, Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, na sua exposição de motivos, quando da apresentação do anteprojeto de lei ao General-Presidente Emílio Garrastazu Médici, afirmou: outro capítulo de extrema importância é o [...] dos professores e especialistas.” (BITTAR; FERREIRA JUNIOR, 2006, p. 6).

Neste sentido, no período, o controle foi reforçado, inclusive na seleção de professoras/es para o IEP:

Não sei se a informação é leitura, a minha memória, tá selecionada, mas me parece que antes, em outra época, [...], havia um controle muito grande de quem dava aula no IEP, não era todo mundo que dava aula no IEP, nem era todo mundo que dava aula no CEPC. À época tinha status. [...]. Havia controle muito grande e quem controlava diretamente era a SEDUC. (Entrevista 5).

No período, a formação foi permeada por um processo de controle que levou à adesão e a acomodação no Instituto, sem discussão sobre o papel do Estado, sob o jugo ditatorial, uma vez que era preciso manter a tradição, “[...] era a Escola Normal, era a mesma compreensão de Escola Normal e a sociedade também via assim [...] a gente era olhada, pelo uniforme a gente era olhada diferente. São alunas da Escola Normal.” (Entrevista 5).

Vale ressaltar que no período, a formação teórica no IEP também era subsumida a procedimentos metodológico-práticos: “[...] era aquilo, no meu tempo e no tempo dele, era aprender a fazer quadro de prega, flanelógrafo, apender fazer cartaz, plano de aula.” (Entrevista 5).

E os discursos de colação de grau passavam pelo filtro da direção: “na minha época, [...] a gente tinha que dar pra eles. Todos os estudantes tinham que dar pra eles. A gente escrevia e dava pra eles, pra diretora, vice-diretora para lerem pra ver se tava de acordo. Se não tava falando mal de nada” (Entrevista 4), quando o colégio apresentava as/os futuras professoras/es à sociedade paraense, a/o oradora/o não podia fazer nenhuma avaliação que não fosse de elogio ao IEP.

[...] significa não fazer nenhuma avaliação negativa pra escola, pra nossa formação. Era isso, no meu tempo, era isso, nada que depunham contra a escola. Tinha que elogiar todo mundo, dizer que foi o melhor ensino. Não posso dizer que foi o pior, mas



não foi uma coisa que fosse crítica. Hoje olhando do lugar que estou [...] mas a gente era muito estimulado a sentir orgulho da escola, defender sempre o IEP como uma escola maravilhosa e a gente fazia isso. (Entrevista 4).

A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO CONSTRUÍDA PELA MEMÓRIA NA REDEMOCRATIZAÇÃO (1983-1985)

Esses tempos, na sociedade brasileira e paraense, foram de embates político-ideológicos rumo à redemocratização, cuja base se encontrava o sonho de viver em liberdade, com mais igualdade e justiça. A ditadura não acabou com sonhos, muitos lutaram, assim como muitos pagaram um preço impagável, deram sua vida, mas, aos poucos, o país democratizou-se elegendo diretamente pelo povo, governadores, em 1982.

O que levou um mar de gente às ruas, em 1984, pedindo Diretas Já, no entanto, a emenda parlamentar que instituía as eleições diretas para presidente não passou, mas abriu caminho para a chamada democratização. Em 1985, se elegeu diretamente prefeitos das capitais, de áreas consideradas de segurança nacional e de instância hidromineral e, indiretamente, um presidente civil e, finalmente em 1988, aprovou-se uma nova Constituição.

A busca pela redemocratização do país, à vista da desigualdade na redistribuição de renda, à vista de um desenho pouco animador do pacto federativo, conduziu a uma impressionante mobilização popular. Renascer sonhos, crescer as expectativas, desenha-se a vontade de uma realidade mais promissora, mais democrática e mais justa. (CURY, 2011, p. 13).

O Colégio Eleitoral, apesar do controle, foi obrigado a participar do processo democrático, logo a formação, doravante, conviveu do ponto de vista teórico-prático com as bases democráticas: “[...] a minha época já era época disso, já havia um processo de abertura, 1985, se não me engano [...]. Entrei em 1984, no finalzinho da ditadura, já havia um movimento de resistência. Claro tinha coisa que, por exemplo, a gente não podia usar os símbolos do comunismo.” (Entrevista 5),

Quando eu entrei o meu primeiro ano não tinha nada disso. Já fui ver isso no período em que já tava saindo, né? Já 82 pra 83, aí um pouquinho essa virada. Ai teve organização estudantil, os meninos, me lembro bem, os meninos passavam em sala, fazendo aquela campanha pra montar o Grêmio. (Entrevista 5, grifo nosso).

O Partido Comunista do Brasil (PC do B), com larga experiência de militância política operária estudantil, preparava e enviava seus quadros para o interior dos colégios paraenses. No IEP, não foi diferente.

[...] o partido disse pra mim, tu tens 3 escolas pra ti escolher e ires para militar. Como eu era militante do ME e eu gostava de discutir a educação, aí eu disse eu vou pro IEP e vou aprender um pouco mais sobre educação, mas teve um pouco dessa coisa, da militância partidária. (Entrevista 5).



O contexto de redemocratização do país, nos anos 1980, é marcado por grande efervescência, pela rearticulação do movimentos sociais, dos sindicatos, pela criação de novos partidos políticos e pela possibilidade de uma educação⁶ que pudesse ser representante da democracia, levando com isso à organização dos trabalhadores em Educação, que se aliavam a luta política mais ampla, à democratização da Escola e à participação da comunidade escolar, pois o saldo da reforma de ensino de 1971 não era animador.

[...] a reforma da lei 5.692 que, com a edição da lei 7044, deixou de obrigar a profissionalização compulsória no ensino de 2º Grau. Na prática, com a promulgação dessa lei, o governo federal reconhece ter fracassado na tentativa de tornar o ensino médio profissionalizante. As razões já foram anteriormente analisadas. De outra parte, os números da educação deixam muito a desejar. De acordo com o Censo de 1980, a população brasileira em idade escolar é de aproximadamente 23 milhões, da qual 7.540.451 não frequentam a escola de 1º grau, portanto, 1/3. Na zona rural, a situação ainda é pior. De um total de 9.229.511 pessoas em idade escolar, quase metade não frequenta a escola. O índice de analfabetismo no Brasil é de 25,5%, portanto, também no terreno da universalização do ensino de 1º grau, os governos militares não lograram êxito. (PALMA FILHO, 2018, p. 21).

Na esteira dessa possibilidade, as memórias levam aos movimentos das/os professoras/es adentrando o IEP: “Na época que eu entrei, era época de reorganização dos movimentos sociais, era época da FEPEP⁷, nem era nem SINTEPP⁸ e dentro do IEP, quem tinha uma militância da FEPEP [...]”. (Entrevista 5).

Eu me lembro desta manifestação de estudantes em 1982. Eu não sei te dizer exatamente se era pelas eleições diretas [...]. Mas era um período em que a gente vivia muito isso. Então houve uma manifestação grande. E nós queríamos, nós interrompemos as aulas, e nós queríamos sair pra ir pra praça. A diretora da escola não queria deixar, com medo de que algo acontecesse: “Vocês são só meninas, são mulheres e vai ter prisão, e vocês vão presas.” Aquelas coisas assim, aquele cuidado. [...]. (Entrevista 6).

As memórias dão conta que a abertura política no Instituto foi resultado da luta de professoras/es e estudantes que não se deixaram abater pelo caráter conservador que resistia ao tempo: “Quando eu entrei, no IEP, já foi no período da democratização, mas o IEP [...] era uma das escolas que havia muita resistência, era muito conservadora. Foi uma das últimas escolas do Pará, de Belém a aceitar que tivesse grêmio.” (Entrevista 5).

A criação do Grêmio Estudantil no IEP é outra conquista do período da redemocratização e fora planejado pelo PC do B, por intermédio de suas lideranças estudantis:

Me lembro, a gente foi participar [...] como diretor do Grêmio, fui o primeiro presidente do Grêmio. O IEP, não teve Centro Cívico. **O Grêmio foi uma conquista!** Quando eu fui prá lá, tinha um pessoal do PT e daí a gente disse: - nós vamos fazer um Grêmio e, a diferença do Grêmio para Centro Cívico é que o CV quem coordenava o processo eleitoral era a direção, CV era subordinado à direção. O Grêmio não, era algo independente, então a gente [...]. (Entrevista 6).

Esse movimento não passou despercebido na escola, pois, conforme relato:



Já fui ver isso no período em que já estava saindo, né? Já 1982 pra 1983, aí um pouquinho essa virada. Aí, teve organização estudantil, os meninos, me lembro bem, os meninos passavam em sala, fazendo aquela campanha pra montar o Grêmio, e tal, tal, tal, né? [...] Então, eu já fui vendo essa movimentação mais política na escola nessa virada e eu já estava quase que saindo da escola, né? [...]. (Entrevista 6).

O movimento pela democratização usava também elementos das necessidades cotidianas dos estudantes de Belém, a exemplo da luta pela meia-passagem, luta histórica, desde 1947, mas que no período da redemocratização ganhou fôlego, e foi aprovada em 1985. Os estudantes do IEP, capitaneados pelo Grêmio Estudantil desempenharam papel de destaque, forçando a adesão da escola à luta.

Quando tinha manifestação, na época, pela meia-passagem, eu era da UMES desde a oitava série [...]. As manifestações pela meia-passagem começavam por São Brás, pegava o pessoal do Augusto Meira, juntava Souza Franco, ia pegava o pessoal do Orlando Bittar, Vilhena Alves, do Deodoro de Mendonça e rasgava pro IEP. Ficava ali um tempo no IEP, não esqueço [...] “abra o portão”, “libere o estudante”, ficavam os estudantes de fora e os estudantes de dentro gritando, até que chegava uma hora que o IEP abria, mas só depois de muita pressão, porque não tinha como ter aula porque ficava a manifestação lá dentro, **mas havia uma resistência muito grande contra qualquer tipo de atividade política, contra qualquer tipo de atividade política.** (Entrevista 5, grifo nosso).

O movimento era de tal monta que apesar das/os dirigentes do IEP, resistirem, sofriam pressão de fora para dentro e de dentro para fora, ou seja, ainda que a escola quisesse manter-se fiel à postura de “neutralidade”, ela não conseguia, porque o movimento de democratização havia penetrado no espaço escolar e, por conseguinte, no processo de formação.

E a gente queria sair pra manifestação, e a diretora não deixava. Nós acabamos por ter uma briga assim, as colegas mais à frente assim, daquela coisa mais do movimento. Daí forçou-se a barra, abriu-se a porta, aquele portão grande de ferro logo da entrada ali do prédio antigo, e saímos todas. Saímos quase todo mundo, quase toda a escola saiu e foi pra praça, né? Então a partir dali a gente começava a perceber que tinha uma outra movimentação na escola. (Entrevista 6).

Por causa da “abertura”, outras pautas no interior do Instituto foram possíveis, inclusive aproveitando o momento em que o governo, agora redemocratizado, intencionava discutir a educação de uma maneira mais ampla.

[...] nesse período teve o dia D da educação. Lembram? Foi um dia de discussão da educação, do governo Sarney, não deu em nada. Mas deu um “pau danado”, eu não esqueço, levaram o professor [...] para falar sobre homossexualidade e lá no dia ele disse que sexualidade é uma opção e que não era uma coisa natural, era uma coisa social. Isso gerou uma briga muito grande [...] porque apesar de haver muitos homossexuais, no IEP, meninos e meninas [...] a grande maioria era de homossexuais. Mas havia [...] não se discutia era uma coisa velada. [...]. (Entrevista 6).



É desse período que começa a aparecer nas memórias, a figura de professoras/es com uma visão mais crítica da realidade, abertas/os ao diálogo e, ao mesmo tempo, que estimulavam o pensamento crítico das/os alunas/os em seu processo de formação:

[...] Eram dois professores novos, no IEP, tinham uma perspectiva mais crítica. [...] Nessa época, ele era do PT, ele era homossexual assumido, isso dentro do IEP era importante, ele problematizava, discutia. Na época, eu era do PC do B e tinha muita briga PT/PC do B [...]. Eu era presidente do grêmio, mas era um professor bom [...] um professor que dava aula, não faltava, que discutia, dialogava. Eu achava importante. A mesma coisa o [...], que dialogava, claramente estimulava o pensamento crítico. (Entrevista 6).

Essa perspectiva ao encontro dos anseios de parte da militância estudantil, filiada a organizações de esquerda, compreendia a luta por meio de uma sólida formação teórico-prática:

[...] Quando eu entrei no IEP eu não gostava de estudar. Eu nunca gostei de estudar. Comecei a estudar quando entrei no IEP, porque entrei fazendo ME e no partido, na época, lá no movimento viração, dizia o seguinte: pra ser líder estudantil tem que estudar e eu comecei a estudar. Eu não tinha pretensão de ser professor, queria fazer o ensino médio, não entrei com essa pretensão [...] e, na verdade, [...] **pretensão muito mais de fazer política do que fazer magistério** [...]. (Entrevista 5, grifo nosso).

A memória da organização estudantil do IEP extrapola os muros do colégio e dá conta de como se dava o envolvimento em outras etapas da luta democrática na sociedade paraense: os estudantes do Grêmio protagonizaram a reivindicação da representação estudantil das entidades estudantis paraenses e, ao mesmo tempo, destituíram as representações, alinhadas ao Estado ditatorial, a exemplo dos centros cívicos.

Nós fomos, uma vez, para dentro do Encontro dos Centros Cívicos que se realizava no Deodoro de Mendonça e decretamos o fim do encontro; porque o ME tinha suas entidades, tinha seu conselho de entidades. Então foi decretado o fim dos Centros Cívicos. (Entrevista 5).

O processo de redemocratização não resultou do ponto de vista da formação de professoras/es para séries iniciais do 1º grau em uma discussão teórica sobre a Educação que pudesse ser revestida na melhoria da qualidade do ensino. Ao contrário, seguindo a lógica do período, as memórias são de um ensino instrumental.

A formação foi muito frágil, muito, muito frágil do ponto de vista pedagógico **era uma coisa bem instrumental**. Eu me lembro que didática, eu achava bonito, o pessoal do terceiro ano, fazia quadro de prega, flanelógrafo. A impressão que dava que a disciplina toda era pra fazer isso, ensinar fazer plano de aula, quadro de prega, flanelógrafo, era uma coisa bem técnica. Então era aquilo, **não tinha uma discussão, uma formação mais teórica**. Era uma coisa bem instrumental. (Entrevista 5, grifo nosso).

E as chamadas boas aulas e boas professoras, nas memórias, são aquelas que faziam uso do livro didático para instrumentalizar as/es professoras/es.



Nem tinha, nem a gente usava livro didático, né? Tinha uma professora de. [...] metodologia do ensino de ciências ou didática do ensino das ciências [...]. Ela levou pra gente ver o passo a passo de algumas ações que a gente deveria aprender para fazer pra fazer pras crianças. Ela levou livros didáticos [...] pra gente analisar, pra gente ver como é que era, como a gente fazia aquela experimentação em sala de aula. [...] Era uma professora muito bacana, dava aulas muito bacanas. (Entrevista 5).

O período fora atravessado por lutas pelo restabelecimento democrático e, à primeira vista, parece que a formação de professoras/es no IEP foi permeada por este processo em que não faltaram embates político-ideológicos entre o campo ligado às esquerdas e as/os ditos “representantes” do Estado ditatorial: “Era uma grande defensora da ditadura, [...] era a coordenadora do Núcleo de Civismo da SEDUC, [...] que coordenava todos os Centros Cívicos do Pará, [...] organizava o encontro dos Centros Cívicos do Pará. Então na época do ME, a gente brigava [...]”. (Entrevista 5).

CONSIDERAÇÕES

Este artigo pretendeu, por meio da metodologia da História Oral, analisar a formação de professoras no Instituto de Educação do Pará entre 1964 a 1985 partindo da seguinte questão: Como as/os alunas/os egressas/os do IEP compreenderam e viveram a formação de professores em um tempo de ditadura? Tentou-se compreender a construção de adesões, acomodações e resistências ao projeto do Estado ditatorial brasileiro.

É preciso assinalar que histórias acionadas pelas memórias individuais foram construídas coletivamente e eivadas de considerações pessoal/político/ideológico, logo, torna-se necessário assinalar que as memórias construídas por aquelas/es que as viveram e compreenderam o processo formativo, as/os alunas/os egressas/os do IEP, no tempo de ditadura, apresentam-se de forma distinta, segundo suas percepções político-ideológico.

No início do processo investigativo, a ideia era a de que no IEP, a resistência havia sido um elemento importante que permeou o processo formativo na instituição, no período de 1964-1985. Entretanto, a história da resistência às práticas condizentes à ditadura só aparece na memória daquelas/es que foram formadas/os, a partir do ano de 1983, período já marcado pelo processo de democratização do país.

O primeiro período analisado (1964-1982) apresenta um processo formativo quase que descolado às injunções do Estado ditatorial brasileiro, as marcas são de adesões e acomodações que se expressavam por meio de vigilância rigorosa ao colégio e aos comportamentos, pela presença dos representantes do regime no espaço escolar e por disciplinas meramente instrumentais que não possibilitavam uma leitura mais ampla da realidade, processo esse que influenciou a formação dos estudantes: “não no IEP. No IEP, não se falava disso; na minha época, eu estava bem no meio, entrei em 1965, entrei na universidade em 1974. É uma coisa que eu sinto falta de ter vivido isso” (Entrevista 4).



No segundo período (1983-1985), já na redemocratização, ainda que adesões e acomodações permanecessem, observa-se um movimento de resistência bastante significativo, com a organização e movimentação estudantil, a formação do Grêmio Estudantil e a postura de professoras/es de combate às práticas ditatoriais em que não faltaram embates político-ideológico entre o campo ligado às esquerdas e as/os ditos “representantes” do Estado ditatorial.

A formação de professoras/es no IEP foi permeada por estes processos, associada à proposta de educação promovida pelo Estado ditatorial brasileiro. Nos primeiros anos, sem questionamentos, onde se observa as adesões e acomodações usadas como ferramenta dos processos de formação e, nos últimos, a resistência, sendo levada de fora para dentro da instituição, promovendo outra concepção de formação.

REFERÊNCIAS

BARROS, J. B. **A escola normal do Pará e a introdução do ensino das Ciências Naturais no Pará (1870 – 1930)**. 2010. 78 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemáticas) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BITTAR, M.; FERREIRA JUNIOR, A. A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

BITTAR, M.; FERREIRA JUNIOR, A. Educação e educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 5 abr. 2018.

CUNHA, H. **Depoimento de Humberto Cunha em Os Anos de Chumbo e a UFPA: memórias, silêncios, traumas e cultura educacional (1964-1985)**, 2015. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1264>. Acesso em: 03 fev. 2019.

CURY, C. R. J. Os desafios da construção de um sistema nacional de educação. **Cadernos do Núcleo de Educação, Cultura e Desporto**. Brasília: Projeto Gráfico Editoração, 2011.

FRANÇA, M. P. História da escola normal da Província do Grão-Pará no Império. **Revista Cocar**, Belém, v. 6, n. 11, 2012.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

LOBATO, V. S. **O Instituto Estadual de Educação do Pará: IEEP na memória de alunas e professoras (1940-1970)**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.



MALHEIROS, R. G. **Formação de professores na Província do Grão-Pará: os discursos de seus administradores acerca da necessidade de se instaurar uma escola normal (1838-1871).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

MELO, C. N.; ALMEIDA, K. N. C.; ROSÁRIO, M. J. A. **Documentos da educação do Pará imperial (1839-1889).** Belém: SBHE, 2012. Disponível em: <http://sbhe.org.br/e.books/paraimperial/index.html>. Acesso em: 7 abr. 2018.

OLIVEIRA, I. E. A.; VASCONCELOS, H. C.; COSTA, M. G. P. **A formação do professor para a escola básica no Pará.** Belém: Ed. da UFPA, 1992.

PALMA FILHO, J. C. A educação brasileira no período 1960-2000: de JK a FHC. **História da Educação**, Marília. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/108/3/01d06t06.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2018.

ROSÁRIO, M. J. A. Lembranças/memórias de estudante/professora sobre o Instituto de Educação do Pará (IEP) em tempos de ditadura, de 1964 a 1985. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 15, n. 66, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8643704/11220>. Acesso em: 27 abr. 2018.

ROSÁRIO, M. J. A.; CUNHA, C. História e memória de formação de professoras/es do Instituto de Educação do Pará (1964-1985). **Teoria e Prática da Educação**, v. 22, n. 2, p. 163-181, maio/ago. 2019.

SANFELICE; J. L. **Movimento estudantil: a une na resistência ao de 1964.** Campinas, SP: Alínea, 2015.

SARAT, M.; SANTOS, R. S. História oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicos da pesquisa. In: COSTA, C. J.; MELO, J. J. P.; FABIANO, L. H (org.). **Fontes e métodos em história da educação.** Dourados: Ed. UFGD, 2010.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, 2008.

SCHWARCZ, L. M. **Lima Barreto: triste visionário.** São Paulo: Companhia da Letras, 2017.

SOUZA, A. **Apontamentos para a história do Instituto de Educação do Pará.** Belém: Imprensa oficial do Estado do Pará, 1972.

TANURI, L. M. **História da formação de professores.** 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>. Acesso em: 7 abr. 2018.



Notas

¹ Doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), contato: mrosario@ufpa.br.

² Sobre o histórico do IEP, consultar: Oliveira (1992).

³ No levantamento para a pesquisa foram encontrados: Oliveira (1992); Oliveira; Vasconcelos e Costa (1992); Lobato (2010); Barros (2010); Malheiros (2012); Souza (1972); Rosário (2015); França (2012).

⁴ Prédio que hoje pertence à Ordem dos Advogados do Brasil – Seção-PA.

⁵ Nesse período, o Campus do Guamá, hoje Cidade Universitária José da Silveira Netto, ainda não havia sido construído. Por isso, as faculdades que compunham a UFPA (fundada em 1957) eram espalhadas pela cidade de Belém.

⁶ Nas Universidades Públicas também foram organizadas as Associações dos Docentes (ADUNICAMP, ADUSP e ADUNESP). Surge a Associação dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). No âmbito não sindical surgem entidades, como a ANPED (Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação); ANDE (Associação Nacional para o Desenvolvimento da Educação); CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade). No ano de 1980 (31 de março a 3 de abril), essas três entidades e o CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) realizam na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Primeira Conferência Brasileira de Educação (CBE), que teve a sua Comissão Organizadora, integrada por Guiomar Namó de Mello (ANDE), Jacques R. Velloso (ANPED), Luiz Antonio Cunha (CEDEC) e Moacir Gadotti (CEDES). (PALMA FILHO, 2018, p. 23).

⁷ Referindo-se à Federação dos Professores da Escola Pública Paraense.

⁸ Referindo-se ao Sindicato dos Profissionais da Educação Pública do Pará.